



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Hidrolândia
Processo:	00300764020198060085
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	14/07/2022 13:09:27

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
--------------	--

Arquivos

Petição:	2719229_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_01 - 1- 2.pdf
----------	---



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE HIDROLANDIA/CE

Processo: 00300764020198060085

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DOUGLAS MARTINS MELO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

OBSERVE EXA., QUE A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA ACOSTADA SE ENCONTRA PARCIALMENTE ILEGÍVEL, NÃO SENDO POSSÍVEL IDENTIFICAR O NOME DO AUTOR, A LESÃO APRESENTADA NO MOMENTO DO ATENDIMENTO E NÃO HÁ INFORMAÇÃO QUANTO A DATA DO ATENDIMENTO MÉDICO!!



Hidrolândia
AJUDANDO PARA UM NOVO TEMPO
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Convênio



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

HOSPITAL MATERNIDADE DR. LUIS GONZAGA DA F. MOTA

FICHA DE REFERÊNCIA

Unidade de Origem: _____		Nº Prontuário: _____	
Nome do Paciente: <u>João Barbosa</u>		Fone: _____	
Nome da Mãe: <u>Francisca Maria</u>			
Nome do Pai: _____			
Sexo: M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de Nascimento: <u>10/11/1986</u>	Ocupação: _____	
Endereço: <u>Rua São José, 90, Centro, Hidrolândia</u>		CEP: _____	
Motivo do Encaminhamento: <u>Acidente Automotor</u>			
Resultado de Exames: <u>Exame clínico de acidente de trânsito com fratura de fêmur direito e lesão no tórax</u>			
Condução Realizada: <u>Analgesia + Imobilização + Curativo</u>			
Impressão Diagnóstica: <u>Fratura de fêmur direito</u>			
Assinatura do Médico: _____		CPF: _____	CRM: _____
Assinatura do Secretário: _____		Assinatura do Auditor: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____

FICHA DE CONTRA - REFERÊNCIA (*)

Unidade de Referência: _____

Município: _____ Prontuário: _____ Alta: ____/____/____

DEMO MARTINS e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 06/12/2019 às 17:48, sob o número 0330076402019

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carregada aos autos, em especial a documentação médica ilegível e sem data do atendimento, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

HIDROLÂNDIA, 13 de julho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE